

HABEAS CORPUS Nº 501.299 - SP (2019/0088786-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO PEREIRA LEITE - SP349333
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLAUDIO MARQUES DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. JUSTIFICAÇÃO UNICAMENTE NA NECESSIDADE DE CUMPRIR A PENA PRIMEIRAMENTE NO REGIME INTERMEDIÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Claudio Marques dos Santos**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo – que negou provimento ao agravo em execução, ao fundamento de que o paciente *não absorveu a terapêutica penal e, portanto, não está pronto para ser reintegrado à coletividade* (fls. 53/56 – Agravo em Execução Penal n. 7004519-78.2018.8.26.0482) –, mantendo a decisão do Juízo de Direito da 1ª Vara de Execuções Criminais da comarca de Presidente Prudente/SP, que indeferiu o pedido de livramento condicional (fl. 24 – Execução n. 371.122).

Na presente impetração, alega-se constrangimento ilegal consistente no indeferimento do livramento condicional.

Sustenta-se, em síntese, *que os nobres julgadores fundamentaram a decisão na necessidade de passar maior tempo no regime intermediário. Este argumento, por si só, foge ao campo da subjetividade. [...] Ademais, deve-se ressaltar que o art. 83 do Código Penal e os arts. 131/146 da Lei de Execução Penal não reclamam a prévia permanência do penitente no regime intermediário para concessão do livramento condicional* (fl. 5).

Postula-se, então, a concessão liminar da ordem para que seja concedido o livramento condicional ao paciente.

É o relatório.

Busca a impetração o livramento condicional ao paciente, ao argumento de adimplemento dos requisitos objetivos e subjetivos.

Inicialmente, em relação ao constrangimento alegado, tem-se que o Juízo de primeiro grau indeferiu a pretensão, aos seguintes fundamentos (fl. 24):

Em que pese possuir atestado de bom comportamento carcerário e ter alcançado o requisito objetivo, não reúne méritos suficientes para progressão.

De outra banda, o sentenciado possui histórico desfavorável a imediata liberdade, ainda que condicional, pelo cometimento de crimes de natureza grave e equiparada a hedionda- tráfico ilícito de drogas, e de crime gravíssimo (cometido com grave ameaça e violência contra pessoa)- roubo majorado bem como cometimento de várias faltas graves, não cabendo por ora o imediato livramento, pois recomendável o postulante vivenciar primeiramente o regime intermediário, como prova de que irá absorver a terapia penal para, posteriormente, fazer jus à condicional.

Sendo que diante da situação específica do sentenciado apesar do atestado de bom comportamento carcerário não se pode dizer somente com base nele que está preenchido o requisito subjetivo. Isto porque deverá demonstrar de forma clara que desenvolveu mecanismos próprios para frear os seus instintos primitivos a fim de suportar as regras da vida sem vigilância.

A seu turno, a Corte local manteve a decisão hostilizada, assentando que (fls. 55/56):

Isso porque, embora o reeducando tenha satisfeito o requisito objetivo, não comprovou ostentar mérito para alcançar as benesses pretendidas.

[...]

Tais fatos demonstram que Cláudio não absorveu a terapêutica penal e, portanto, não está pronto para ser reintegrado à coletividade.

Nesse passo, não se pode olvidar que todas as benesses passíveis de deferimento em sede de execução penal somente podem ser concedidas se não representarem risco à sociedade, já que a segurança da comunidade é direito que prevalece sobre o interesse individual do condenado.

Deste modo, havendo um mínimo de dúvida acerca da aptidão do reeducando em retornar ao convívio social, ainda que de forma gradual, os benefícios pretendidos devem ser negados.

Ocorre que razão assiste à impetração, uma vez que *a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que não há obrigatoriedade de que o Apenado passe pelo regime semiaberto para obter o benefício do livramento condicional, tendo em vista a falta de previsão no art. 83 do Código Penal (HC n. 465.559/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 7/11/2018).*

Assim, ficou evidenciado o constrangimento ilegal aduzido, o que autoriza a concessão da ordem de *habeas corpus* em favor do paciente.

Em razão disso, **concedo liminarmente** a ordem para deferir o livramento condicional ao paciente, na Execução n. 371.122, da 1ª Vara de Execuções Criminais da comarca de Presidente Prudente/SP.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator